



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE LEILÃO ELETRÔNICO

(Lei 5.741-71)

O Excelentíssimo Sr. Juiz RUI COSTA GONÇALVES, no uso das atribuições que a lei lhe confere, torna público que, nos dias e horário abaixo especificados, serão levados a leilão os bens descritos no presente edital, tendo como Leiloeiro Público Oficial o Sr. LUIZ UBIRATÃ DE CARVALHO, inscrito na JCDF sob o n. 50, e-mail: contato@luizleiloes.com.br, telefones ns. (61) 3201-4187 / 3321-1300, cel. (61) 98166-8088/98334.1300.

PROCESSO: 2004.34.00.000962-2(959-49.2004.4.01.3400) - 4200 - EXECUCAO POR TITULO EXTRAJUDICIAL

EXEQUENTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

EXECUTADO: EDILEUZA DA COSTA TAVARES

ADVOGADO : SEM ADVOGADO

VALOR DO DÉBITO: R\$ 260.839,18 (duzentos e sessenta mil, oitocentos e trinta e nove reais e dezoito centavos)

OBJETO DO LEILÃO: Lote 14 do Conjunto 'B' da QNP 20, Ceilândia/DF

AValiação TOTAL: R\$ 196.587,50 (cento e noventa e seis mil, quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)

LOCALIZAÇÃO DO (S) BEM (NS): QNP 20, Conjunto 'B', Lote 14 - Ceilândia (DF).

DEPOSITÁRIO: MARIA RAIMUNDA ALVES DE MORAES, CPF N. 305.110.201-63.

DATA E HORÁRIO (horário de Brasília-DF)

Dia 23 de novembro de 2020, a ser realizado de forma eletrônica na rede mundial de computadores, no sítio www.luizleiloes.com.br, da seguinte forma:

Leilão: inicia-se no **23.11.2020 às 15h e termina às 17h** aberto por mais 10 minutos para lances, por valor igual ou superior ao da avaliação - R\$ 196.587,50 (cento e noventa e seis mil, quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). O sistema estará disponível para recepção de lances com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência da data marcada para o leilão (art. 11 da Resolução 236 CNJ, de 13 de julho de 2016). Não havendo lances no primeiro leilão, seguir-se-á, para recepção de lances eletronicamente, sem interrupção.

Sobrevindo lance nos 3 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial eletrônica da hasta, o horário de fechamento do leilão será prorrogado em 3 (três) minutos e assim sucessivamente a cada lance efetuado nos últimos 3 (três) minutos, para que todos os USUÁRIOS interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances (artigo 21 da Resolução 236 CNJ de 13 de julho de 2016). Passados 3 (três) minutos sem novo lance, o leilão será encerrado.

Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do gestor e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a apreciação do tempo real das ofertas. Não serão admitidos lances remetidos via e-mail.

DESCRIÇÃO DO BEM – Lote 14 do Conjunto 'B' da QNP 20 - Ceilândia/DF, medindo 15,000m x 15,000m x 9,000m x 9,000m, ou seja, área total de 135,00m², limitando-se lateralmente com os lotes 12 e 16, e pela frente com a Via Pública, e respectiva Casa Residencial nele edificada, com área construída de 26,320m².

AValiação DO BEM - R\$ 196.587,50 (cento e noventa e seis mil, quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme avaliação data de 30 de outubro de 2020.

ÔNUS – consta dos autos judiciais certidão da Matrícula 19.612 do 6º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, na qual consta **R.3.19.612 – HIPOTECA**, datada de 18.12.2000, sendo credor hipotecário a CEF. **R.4/19.612 - PENHORA**, data de 05.09.2006, expedida pelo Juiz da 19ª Vara Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, em decorrência do Processo n. 2004.962-2, em favor da CEF, por uma dívida de R\$ 39.079,55.

DEPOSITÁRIO FIEL – MARIA RAIMUNDA ALVES DE MORAES, CPF N. 305.110.201-63.

COMISSÃO DO LEILOEIRO - O Arrematante deverá pagar a título de comissão ao Leiloeiro nomeado o valor

SEDE DO JUÍZO: SEPN 510, BLOCO "C", 5º ANDAR, EDIFÍCIO CABO FRIO – CEP: 70750-523 – BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 3521-3647 - E-MAIL: 19VARA.DF@TRF1.JUS.BR

Documento assinado digitalmente conforme MP 2.200-2/2001, Lei 11.419/2006, Resolução 397/2004/CJF e IN-13-04 /TRF-1ª Região.
 JUIZ FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES em 4/11/2020

-1/3-

Para verificar este documento acessar www.trf1.jus.br/autenticidade e informar o código PJD12765053



PODER JUDICIÁRIO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

correspondente a **5%** (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, não incluído no valor do lance (art. 24 do Decreto 21.981/32 e art. 7 da Resolução 236/CNJ), bem como as despesas com a remoção do (s) bem (ns) (**artigos 885, 892, 895 do CPC**). Referida comissão será depositada na Caixa Econômica Federal, agência 3911, à ordem do juízo, onde ficará aguardando a expedição da carta de arrematação e a efetiva entrega do bem, após o quê será lavrado o competente alvará de levantamento.

PAGAMENTO - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado no prazo de até **24h** (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão por meio de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, a ser fornecida pelo Leiloeiro, sob pena de se desfazer a arrematação, informando o Leiloeiro os lances imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (artigo 26 da Resolução 236 CNJ de 13 de julho de 2016). Os comprovantes dos pagamentos deverão ser encaminhados para o e-mail contato@luzleiloes.com.br no prazo de 24 horas após o recebimento das guias enviadas pelo Leiloeiro.

Havendo leilão positivo, a carta de arrematação somente será expedida em favor do arrematante após transcorridos todos os prazos legais, a saber:

- a) primeiramente, contar-se-á o prazo de 30 (trinta) dias, após a expedição do auto de arrematação, conforme disposto na Lei nº 6.830/80, artigo 24, II, b, para o exercício da faculdade conferida à(ao) exequente para a adjudicação do bem;
- b) transcorrido esse prazo, iniciar-se-á, no primeiro dia útil seguinte, imediatamente, o prazo de 5 (cinco) dias para a oposição dos embargos à arrematação (REsp nº 872722/SP, DJe de 06/08/2008).

Cobrar-se-á do arrematante a taxa judicial de 0,5% (meio por cento) do valor da arrematação, delimitada ao mínimo de 10 (dez) e ao máximo de 1.800 (mil e oitocentas) UFIRs, conforme dispõe a Lei nº 9.289/96, recolhida por meio de DARF, código da receita nº 5762.

CONDIÇÕES DE VENDA - A venda será efetuada no estado de conservação em que se encontra o bem, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, não cabendo responsabilização do leiloeiro ou do juízo por vícios ocultos ou não. São de responsabilidade do arrematante os atos de transferência de propriedade, baixa de gravames e imissão na posse. A descrição do bem e demais informações acerca do leilão estão disponíveis no Portal eletrônico do leiloeiro.

VISITAÇÃO – O imóvel/móvel se encontra (ocupado/desocupado) e a visitação deverá ser agendada em horário comercial com o depositário fiel, MARIA RAIMUNDA ALVES DE MORAES, CPF N. 305.110.201-63..

DÍVIDAS TRIBUTÁRIAS (IPTU/TLP/IPVA) e OUTRAS - Caberá à parte interessada a verificação de débitos incidentes sobre o imóvel que não constem dos autos (art. 18 da Resolução 236/CNJ). Os débitos anteriores ao leilão de natureza *propter rem* (por exemplo: débitos condominiais) e os débitos anteriores tributários (por exemplo: IPTU e TLP) incidirão sobre o preço da arrematação (§ 1º do artigo 908 do CPC e parágrafo único do artigo 130 do Código Tributário Nacional - CTN) e deverão ser informados por extratos pelo Arrematante no processo judicial para terem preferência sobre os demais créditos e débitos (CPC arts. 323 e 908, § 1º; Código Tributário Nacional, art. 130).

Tratando-se de veículos, o arrematante recebe o bem livre de débitos de licenciamento, IPVA e multas, referentes a exercícios anteriores, com base no disposto no parágrafo único do artigo 130 do CTN. Sujeitam-se, entretanto, aos outros ônus porventura indicados neste edital ou existentes sobre o bem.

As despesas necessárias para os atos de expedição de carta de arrematação, registro, ITBI, imissão na posse serão de responsabilidade do arrematante (CPC, Arts. 901, “caput”, § 1º e § 2º, e 903).

DÉBITO DA DEMANDA PROCESSUAL: R\$ 260.839,18 (duzentos e sessenta mil, oitocentos e trinta e nove reais e dezoito centavos) atualizado até outubro de 2020.

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: contatar o Leiloeiro pelos telefones (61) 98166-8088. 3201-4187/3321-1300 ou pelo e-mail: contato@luzleiloes.com.br. Os documentos para efetivação do cadastro no portal deverão ser enviados ao e-mail cadastro@luzleiloes.com.br

Ficam intimados a executada EDILEUZA DA COSTA TAVARES, CPF N. 334.961.101-04 e demais interessados da designação supra. Será o presente edital, por extrato, afixado no local apropriado e publicado no portal na forma da lei. Brasília-DF, 4 de outubro de 2020.

O presente edital será afixado no átrio deste Juízo e publicado na forma da Lei n. 5.741/71.

SEDE DO JUÍZO: W3 Norte – SEPN 510, Bloco C, 5º andar, Edifício Sede III, Brasília-DF.

Brasília (DF), 4 de outubro de 2020.

SEDE DO JUÍZO: SEPN 510, BLOCO “C”, 5º ANDAR, EDIFÍCIO CABO FRIO – CEP: 70750-523 – BRASÍLIA-DF
FONE: (61) 3521-3647 - E-MAIL: 19VARA.DF@TRF1.JUS.BR

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal da 19ª Vara
(assinado digitalmente conforme rodapé)



SEDE DO JUÍZO: SEPN 510, BLOCO "C", 5º ANDAR, EDIFÍCIO CABO FRIO – CEP: 70750-523 – BRASÍLIA-DF
FONE: (61) 3521-3647 - E-MAIL: 19VARA.DF@TRF1.JUS.BR

Documento assinado digitalmente conforme MP 2.200-2/2001, Lei 11.419/2006, Resolução 397/2004/CJF e IN-13-04 /TRF-1ª Região.
JUIZ FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES em 4/11/2020

-3/3-

Para verificar este documento acessar www.trf1.jus.br/autenticidade e informar o código PJD12765053

